

Entrevista com Otilia Arantes: mediações entre Teoria Crítica, Arquitetura e cidades¹

RESUMO

Nesta entrevista com Otilia Arantes – filósofa e professora aposentada da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo – a autora repassa, de certo modo, seu percurso intelectual e algumas das problemáticas nas quais se deteve em sua trajetória: as contribuições de Adorno, Benjamin, Manfredo Tafuri e Fredric Jameson, no que diz respeito às relações entre modernização capitalista e processos de estetização da realidade social, o que a levou a atentar para a chamada *virada cultural*, cujos correlatos nas cidades e na arquitetura são muitos. A autora deixa claro mais uma vez em que medida a Teoria Crítica visa não tanto encontrar perspectivas interdisciplinares, mas sobretudo enfrentar as condições concretas de produção de arquitetura e de cidades no interior do todo social. Isto significa, por exemplo, analisar Berlim e Barcelona como imagens estratégicas de um urbanismo hegemônico nas *global cities* do último quartel do século XX; compreender a dialética da modernidade arquitetônica e a crise do pensamento urbano. Significa vislumbrar no crescimento chinês o novo patamar do urbanismo onírico do XXI e, ainda, inserir na pauta das cidades as forças que conferem novos contornos às representações espaciais e às dinâmicas urbanas após a deflagração da crise de 2008 e as mobilizações de 2013 no Brasil.

1. A senhora já destacou em outra entrevista que sua abordagem, seja da cidade, seja da arquitetura, se deve em grande parte às leituras dos teóricos da Escola de Frankfurt. Poderia nos expor em que medida a Teoria Crítica (ou dito de uma forma mais abrangente, a Filosofia) se faz presente em suas análises?

¹ Entrevista concedida a Paolo Colosso, mestrando em Filosofia pela Universidade de São Paulo – USP.

Não estou muito preocupada em medir o quantum de Filosofia tem nos meus textos. Se por vezes são bastante factuais, e atém-se à análise de obras ou de processos concretos de urbanização ou gestão das cidades – por exemplo – é porque é disto que se trata: entender como se dão tais processos de concepção e produção das formas arquitetônicas ou urbanas concretas – sua história, suas metamorfoses e, eventualmente, seus fracassos, situando-os no mundo real. Embora, ou por isso mesmo, o importante, pelo menos para se ter uma visão crítica de todos esses fatos, é não permanecer colado a eles, seja do ponto de vista de sua composição meramente formal, seja do ponto de vista de sua inserção no mundo prosaico das providências práticas ou de suas determinações materiais e utilitárias. Uma dificuldade a mais para quem trata de arquitetura e urbanismo, é que não é possível jamais isolá-los de seu aqui e agora, de sua inserção física e histórica, de sua dimensão espaçotemporal, e de seus usos. Se, no caso das outras artes, pode-se falar de uma autonomia, mesmo que relativa, de uma finalidade sem fim (para nos mantermos na famosa distinção kantiana – embora ele estivesse falando do juízo de gosto e não exclusivamente das obras de arte), no caso dos nossos objetos de estudo (falo no plural porque você, além de arquiteto, é também um estudioso da arquitetura), qualquer tentativa de dissociação entre seus fins práticos e meramente imanentes, ou sua gratuidade e sua funcionalidade, dissolveria esses próprios objeto, ou seja, a forma do edifício ou da cidade, ou ainda, o espaço arquitetônico, não são uma forma ou um espaço qualquer, pois já trazem em si, e em sua organização, as marcas do uso a que se destinam. E, ao dizer isto, estou sendo totalmente fiel ao Adorno, ao criticar a dissociação feita pelo Loos entre arquitetura-construção e ornamento (ou arte). O que me obriga, ou nos obriga, a todos que tentamos fazer a crítica ou a teoria da arquitetura ou da cidade, a recorrer a uma visão plural, num certo sentido multidisciplinar (como você, aliás, bem observa em sua resenha, publicada na Vitruvius, sobre o meu último livro sobre Berlim e Barcelona), tal a complexidade e, ao mesmo tempo, materialidade das mesmas: suas determinantes econômicas, políticas, até mesmo geográficas.

Mas, voltando à influência dos frankfurtianos: esse ponto justamente para o qual estou chamando atenção é resultado de toda uma reflexão sobre as relações entre o conteúdo estético e não estético, interno e externo à obra de arte, ou seja, sua lógica propriamente artística e não artística, ideologia e autonomia (inclusive no que esta última tem de ideológico), em boa medida a partir dos grandes ensaios daqueles Clássicos do Marxismo Ocidental. Desnecessário lembrar que interessava menos o comentário dos tópicos consagrados do repertório frankfurtiano – Dialética do Iluminismo, Crítica da Razão instrumental, Indústria Cultural, Sociedade Administrada, etc. – do que a abordagem da arquitetura e da cidade por um ângulo crítico e afinado com aquela revisão materialista do processo moderno de racionalização. Aliás, todos os grandes mestres da chamada Escola de Frankfurt pouco se ocuparam de arquitetura e urbanismo, precisei, não digo começar de zero, mas recorrer a sugestões de outras fontes igualmente heterodoxas. A polêmica (por assim dizer) com Habermas é um caso à parte, deixando de lado seu revisionismo da própria Teoria Crítica. Sobretudo pelo caráter duplamente intempestivo da intervenção dele: primeiro, num campo de forças com os quais tinha pouca ou nenhuma familiaridade; segundo, pelo seu empenho meramente doutrinário em advogar a causa do Movimento Moderno como mero ponto de honra e sobrevida de um Projeto historicamente exaurido. Você diria que, naquele livro, há uma reflexão mais “filosófica” do que as que aparecem em outros textos meus, mas também aí – em *Um ponto cego no Projeto Moderno de Jürgen Habermas* –, o debate está totalmente fundamentado em análises do que foi o Movimento Moderno, ou do que tem sido a arquitetura depois dos Modernos.

De outro lado, mesmo quando pareço me ater à *prática* urbanística, como ao falar de “planejamento estratégico”, penso estar refletindo sobre o que seja hoje “fazer cidade” em continuidade com o virtual capítulo urbano-arquitetônico da Teoria Crítica. Se não for presumir demais, espero ter contribuído um pouco para a atualização da noção de Indústria Cultural, confrontando-a com os desdobramentos contemporâneos da produção da cidade como mercadoria. O que me levou a reler em nova chave o fato nada casual de que o capítulo da Dialética do Iluminismo sobre a Indústria Cultural

abre com uma referência às grandes torres das corporações, em cujas fachadas, curiosamente assertivas no seu revestimento “racional”, reconheceu a primeira contraprova (urbana, no caso) de que, no capitalismo organizado depois de seu colapso liberal, a realidade tornou-se a sua própria ideologia. A essa convergência inaugural, e no entanto pouco estudada, posso dizer, sem exagero, que remontam minhas análises do *city marketing*, por exemplo, a inescapável criação de imagens de marca, entre outras manifestações da produção de cidades geridas empresarialmente, tomando tais imagens na sua nova condição real de asserção ideológica em estado bruto – como quem diz, “é isso aí”, não há o que discutir.

2. Estas mediações entre manifestações simbólicas e processos sociais se tornaram ainda mais necessárias a partir dos anos 60 e 70, para entender mudanças estruturais ligadas ao “cultural turn”?

Desde que comecei a escrever sobre as práticas e discursos urbanísticos centrei minhas análises na predominância do “cultural”, especialmente a partir da segunda metade do século passado, como reação à cidade funcional moderna – neologismo que exprime a redução de tudo à cultura: a substituição das componentes técnicas e “racionalis”, ou funcionais, pelos de natureza simbólica ou expressiva das cidades, enfatizadas nas políticas de *image making* das mesmas e seu *marketing*, como lembrado na resposta anterior. Um marketing antes de tudo cultural, expresso na imagem de marca que a torne “competitiva”. Estou falando portanto de uma convergência inédita – e um encontro glamouroso, ainda por cima – entre o “cultural” e o “econômico”. Convenhamos que isto é novo, e como tal não constava, nem poderia constar, do repertório da Indústria Cultural segundo Adorno e Horkheimer. Neste mesmo passo recorro (e aqui recapitulo meus textos a respeito desta convergência), com as ressalvas de praxe, à percepção de que estaríamos atravessando uma verdadeira ruptura de época descrita como um *cultural turn*, como se começou a dizer nos meios de esquerda dos *campi* universitários anglo-americanos. Mudança de paradigma cuja genealogia não posso aqui rastrear. Basta assinalar que em suas versões extremas chegou-se

a sustentar que a cultura não só se tornara central na conformação dos fenômenos sociais, como igualmente a acumulação impulsionada pelo capital-informação convertera a economia-política de reprodução numa economia cultural. Seja como for, nada a ver com o que se entendia por cultura na extinta Idade Liberal-burguesa. Tudo a ver, portanto, com o mito bifronte da cidade-colagem-grande-projeto que então nascia, e da qual a Paris de Mitterrand será o exemplo máximo e seguramente o ponto de inflexão mais evidente no vasto campo desde então. Num primeiro momento, esta reviravolta ocorreu na esteira dos movimentos de maio de 68, quando parecia que se tratava de uma cultura antagonica a se cristalizar por toda parte. Esse o primeiro turno do *cultural turn*, que só retrospectivamente será reconhecido, e reapropriado, como tal. Desnecessário lembrar que a chamada volta à cidade daqueles anos de rescaldo meia oito (e não só na Europa, mas sobretudo lá e, particularmente, na França e na Itália) forneceu o cenário mais visível desse primeiro turno cultural. Por uma breve temporada pareceu possível emperrar a máquina urbana de crescimento, contrapondo ao núcleo duro produtivista do sistema a cidade como valor de uso. Tudo se passava então como se o novo *souci de l'urbain* tivesse renascido à sombra do ímpeto pós-material que vazara pela brecha de 68 (sintoma ainda não se sabia bem do quê). Nada mais antivalue (de troca) do que o “lugar” redescoberto e contraposto ao espaço homogêneo dos modernos e do mercado. Portanto, muito melhor reabilitar do que demolir; intervenção, só em migalhas; reativar a memória porém evitando o assassinato museográfico dos sítios históricos; valorizar o contexto, o *habitat* ordinário, reanimar a vida dos bairros, sem violentar os moradores, e por aí afora, como hão de recordar pelo menos os veteranos que ainda têm notícia daquela geração de índole oposicionista.

Dito isso, seria preciso acrescentar que essa mesma geração, que os neoconservadores, como Daniel Bell, não hesitariam em incluir entre os protagonistas de uma cultura hostil, e que chegavam até a corporificar numa nova classe, produtora e monopolizadora do “sentido” (que logo adiante se transmudarão em *intermediários culturais* provedores de identidade e estilo, mas quando então a cultura fazia tempo deixara de hostilizar o que quer que

seja), vivia em regime de condomínio com uma nova configuração da máquina urbana de crescimento, à qual se estava adicionando ingredientes novos. Estou me referindo à invenção do *cultural* por um *star system* arquitetônico, associado a governantes movidos pela mosca azul da monumentalidade espetacular, capaz de produzir, através de uma política de coalizões, os consensos indispensáveis. Mas não um cultural qualquer, aqui o *turning point* que me interessa demarcar, um cultural – da indústria da consciência às grandes fachadas, passando pelas gentrificações pertinentes – paradoxalmente (ou não?) respaldado pela aura libertária da resistência anti-produtivista cuja gênese acabamos de recordar, que assim voltava a se legitimar uma segunda vez, redescobrimo-se plenamente “cultural” desde sempre.

O que ocorreu, na verdade, como registrei em inúmeras ocasiões, foi uma metamorfose do “cultural”, cujo pós-materialismo, a princípio reativo, foi se tornando pró-ativo, para não dizer cooperativo, a medida que se estetizava e se concentrava nos valores expressivos de uma ordem social que alegava a seu favor haver destronado o primado das relações de produção em nome das relações de “sedução”, como foi saudada a Era do Vazio (Lipovetski) que se iniciava. Se estou certa, nem foi preciso esperar pelas grandes desregulações do período seguinte, a começar pela flexibilização da rigidez fordista, para apressar a mutação indolor do libertário-cultural, empenhado na recuperação da riqueza simbólica das formas urbanas (na formulação de Leon Krier), no embrião dos futuros semeadores de iscas culturais para o capital – para os quais a monotonia funcional do Modernismo com certeza criara uma forte demanda reprimida. Com o sinal trocado, era justamente isso que Guy Debord queria dizer quando, profeticamente, anunciou que a cultura seria a “mercadoria vedete” na próxima rodada do capitalismo, exercendo a mesma função estratégica desempenhada nos dois ciclos anteriores pela estrada de ferro e pelo automóvel. A seu ver, a alienação humana chegaria então ao seu grau máximo.

Em resumo, a partir da desorganização da sociedade administrada do ciclo histórico anterior, cultura e economia correram uma na direção do outra,

dando a impressão de que a nova centralidade da cultura é econômica e a velha centralidade da economia tornou-se cultural, sendo o capitalismo uma forma cultural entre outras rivais. O que faz com que convirjam: participação ativa das cidades nas redes globais via competitividade econômica, obedecendo portanto a todos os requisitos de uma empresa gerida de acordo com os princípios da eficiência máxima, e prestação de serviços capaz de devolver aos seus moradores algo como uma sensação de cidadania, sabiamente induzida através de atividades culturais que lhes estimulem a criatividade, lhes aumentem a autoestima, ou os capacitem do ponto de vista técnico e científico. Tais iniciativas, sejam elas grandes investimentos em equipamentos culturais, ou preservação e restauração de algo que é alçado ao *status* de patrimônio, constituem pois uma dimensão associada à primeira, na condição de isca ou imagem publicitária.

O que tentei mostrar é que hoje em dia a cultura não é o *outro* ou mesmo a contrapartida, o instrumento neutro de práticas mercadológicas, mas ela é parte decisiva do mundo dos negócios e o é como grande negócio. A tal ponto que se torna mais ou menos indiferente se se trata de um grande museu ou de uma montadora – tanto quanto tantas outras iniciativas, associadas, por exemplo, aos grandes eventos.

Mais adiante, ao esmiuçar as estratégias adotadas por algumas cidades, em especial, no caso, Barcelona, tento associar esta última virada a uma economia baseada na informação, sendo assim, apresentada como o capítulo conclusivo do planejamento estratégico: a transformação das cidades em “cidades do conhecimento” – centros de excelência –, através da criação de clusters de alta tecnologia. Em suma, um cenário urbano por assim dizer digitalizado, na verdade, um versão mais midiática, em todos os sentidos, das famosas “novas centralidades”, e explicitamente voltada para os grandes negócios. No caso, tratava-se do distrito 22@ como o coroamento de todo esse processo de planejamento estratégico adotada pela cidade de Barcelona desde o período pré-olímpico, imaginado, por sua vez, como o primeiro capítulo de uma série de estudos sobre o mesmo fenômeno mundo afora. Mas fiquei devendo os demais capítulos do *informational turn*. Passei para a China.

3. O seu livro sob a China abre sob o signo de Benjamin, que, no entanto, até aqui não foi citado...

Benjamin é um dos autores incontornáveis da minha geração e espero que continue sendo das próximas. Acresce que estudei Baudelaire em meus primeiros trabalhos acadêmicos, tornando minha impregnação pelos temas benjaminianos por assim dizer mais organizada, menos devedora dos ares do tempo. Assim, quando passei a estudar a arquitetura moderna e seu fim de linha contemporâneo, dispunha de uma chave mestra, a revelação benjaminiana, no contraponto entre o tátil e o ótico, de que a arquitetura fora a primeira arte de massa. E agora, ao me arriscar a escrever sobre a explosão urbana chinesa, no rastro dos megaeventos constelados de arquitetos estrelas, reencontrei, sem precisar forçar a nota, os grandes temas benjaminianos das ruínas e dos mundos de sonho burgueses – outros quinhentos seria a mediação histórica sobre as razões desse reencontro de épocas, sugeridos, salvo engano, nas entrelinhas do capítulo de abertura do meu *Chai-na*: “Ruínas do futuro”. Relembro todavia que procurei sempre me desviar das aplicações chapadas das imagens benjaminianas da cidade – cuja linhagem e data surrealistas ele nunca renegou – à experiência urbana contemporânea. E mesmo assim, vez por outra algum desavisado sai à cata do *flâneur* e assemelhados nas esquinas do mundo, cujas cidades-bazar são obviamente outra coisa.

Mas há outros temas meus que fogem desta família de pensadores, e sobre os quais não vou me deter, por exemplo, as referências teóricas francesas de que me valho para pensar a sociedade do espetáculo, os autores que discutem a questão da pós-modernidade, ou ainda, a influência dos pós-estruturalistas no debate sobre a questão urbana, ou mesmo sobre a arquitetura – no caso, a arquitetura “desconstrucionista” de um Peter Eisenman, entre outros estudos sobre os expoentes dessas reviravoltas culturais.

4. Fredric Jameson, em algumas ocasiões, denomina sua própria obra de *estética geopolítica*, à medida que pretende interpretar práticas artísticas

em relações com o solo sócio-político sob o qual estas se assentam. A senhora vê aproximações e entre o método de Jameson e o utilizado pela senhora?

A expressão é utilizada por ele no título de um livro sobre cinema, cujo subtítulo, aliás, é cinema e espaço no sistema mundial. Não é o meu assunto, mas talvez haja um pouco disso no meu livro sobre a China, no qual o papel do cinema é importante e o que de fato está em jogo ali é menos um retrato da China do que uma compreensão do mundo atual, ou, quem sabe, com muita pretensão, do ponto terminal do capitalismo. Quanto ao paralelo com o Jameson, devo declarar que devo muito a ele, e justamente para montar meu esquema interpretativo sobre a centralidade da cultura no discurso e na prática urbanística que acabo de resumir. Para tanto, tomo como referência muitos dos seus textos, por exemplo “Periodizando os anos 60”, mas, em especial, o texto sobre “O pós-modernismo: a lógica da cultura no capitalismo tardio” – para mim um diagnóstico definitivo sobre o período, e que inspirou muitas das minhas análises sobre essa virada cultural. Aliás, diagnóstico pioneiro, pois o ensaio que deu origem ao livro com este título, é de 1984.

Dele também extraio o conceito de *hiperespaço*, presente em alguns textos meus sobre as formas urbanas extremas. Talvez estejamos assistindo agora, com estas hiperurbanizações pós-urbanas, ou estes conglomerados caóticos que crescem infinita e velozmente, à plena realização da experiência do hiperespaço de que falava Jameson ao analisar o Hotel Bonaventure, construído no centro novo de Los Angeles, pelo arquiteto e empreiteiro John Portman. Como escrevi: o que no começo mais intrigava Jameson, e o desnorteava sensorialmente – como se um novo descompasso histórico estivesse em vias de se instalar entre a nossa percepção e a experiência urbana, algo como um “novo e inimaginável salto quântico da alienação tecnológica” –, era a aspiração inequívoca a ser um “espaço total”, capaz de abrigar, por assim dizer, “uma nova e historicamente original multidão”. “Máquinas” destinadas a embevecer, apequenar e, sobretudo, uma vez que se entre nelas, fazer experimentar uma brutal sensação de desorientação. Não se trata de simples *mise-en-scène*, embora minuciosamente calculada, de

trucagem para vender experiências excitantes. Sem poder evidentemente antever o que vinha pela frente, Jameson pressentiu a mutação terminal em curso: num tal hiperespaço, foi ultrapassada “a capacidade do corpo humano de se localizar, de organizar perceptivamente o espaço circundante e mapear cognitivamente sua posição em um mundo exterior mapeável (...) esse ponto de disjunção alarmante, entre o corpo e o ambiente construído está para o choque inicial do modernismo, assim como a velocidade da nave espacial está para o automóvel”. Ora, não esqueçamos que a analogia que estabelece Jameson para se entender o que é este novo hiperespaço, ao contrário do que seria um espaço de lazer, marginalizado e específico, como a Disneylândia, por exemplo, é o espaço da Guerra pós-moderna. Assim, em relação à experiência da cidade de Baudelaire, descrita por Benjamin, que já então transcendia todos os hábitos de percepção corporal, a desmesura é tal, que se pode comparar, como dizia, a um salto quântico. Alienação tecnológica, aliás, como aquela mesma que vemos acontecendo nos atuais teatros da guerra, como se diz. Dá o que pensar.

5. Nos anos 90, a senhora escreveu uma crítica contundente à ideologia do lugar público na arquitetura contemporânea, e que teve bastante repercussão nas discussões de urbanistas e sociólogos. Em tempos mais recentes, a categoria “espaço público” volta a alguns debates com outro caráter. Após os levantes no Egito e na Tunísia, os movimentos occupy e outros que se estendem desde a crise econômica iniciada em 2008, muitos autores como David Harvey e Tariq Ali voltaram a falar do “poder coletivo de corpos no espaço público” (*Occupy*. São Paulo: ed. Boitempo, 2012). Com as mobilizações de junho de 2013 no Brasil, novamente intelectuais chamam a atenção para a importância política da ocupação e dos novos usos dos espaços. O que a senhora pensa disso: o espaço público volta a ter uma importância para a Teoria Crítica e para as práticas crítico-transformadoras?

Sim, volta, mas numa outra acepção. Em meu texto do início dos anos 90, tinha em mente, especialmente, esta virada cultural de que falava há pouco,

traduzida no discurso ideológico sobre a cidade como “lugar”, isto é, como os arquitetos buscavam recriar espaços de vida pública (ou buscam), mas me referia especialmente àqueles que tentavam ressemantizar (como se dizia é época) a cidade moderna esvaziada, ao mesmo tempo corrigindo a fobia ultramoderna pela vida civil ativa em nome da “intimidade”, quem sabe aquela mesma que Camillo Sitte, mais de meio século antes, chamou de “agorafobia”, e isto, através da criação de suportes físicos e simbólicos em que ela pudesse ser restaurada. As propostas em geral tinham um caráter regressivo, de volta a uma vida “comunitária”, seja através da ilusão de recuperá-la, numa espécie de vizinhança ou de proximidade física, seja através de um mútuo reconhecimento – um vínculo local – propiciado pela identificação com “lugares” urbanos que exprimissem vicissitudes antigas e modernas, por sua história, por sua memória, enfim. Alguns dos teóricos recorriam inclusive a algo que chamavam o “genius loci”. Numa visão por vezes um tanto mítica, fazia-se o elogio dos monumentos comemorativos e do restabelecimento do *cuore* urbano (por vezes no plural – que logo se tornaram as “novas centralidades” a serem “revitalizadas”). Apoiavam-se para tanto numa literatura variada, que ia de Sitte à Heidegger, muitas vezes passando pela incontornável Hannah Arendt, quando se tem em mente a assim chamada “esfera pública”. Sem falar na influência direta da antropologia e da linguística na versão estruturalista em voga. De meu lado, como referência crítica, preferia utilizar o conceito de esfera pública burguesa tal como a concebeu Habermas, mesmo reconhecendo que talvez ele tenha sublimado as virtudes de uma tal esfera, mas sem acompanhá-lo na crença em uma Razão Comunicativa capaz de restabelecer por outras vias, que não fosse a de uma urbanidade dependente de um suporte físico/arquitetônico, algo quem sabe como uma esfera pública virtual. Uma comunidade ultramoderna, proposta, no entanto, pelo defensor do Movimento Moderno. Hoje o tema reaparece através das famigeradas redes, mas também na relação imediata com os espaços de manifestações e protestos de massa, por vezes gigantescos – nada mais a ver, pela escala e pela natureza destes atos, com a dimensão por vezes mítica e certamente nostálgica dos teóricos do Lugar, nem mesmo, me parece, com a Comunicação

a que aspirava Habermas (seguramente não um defensor de Seattle ou do Occupy) – embora, é verdade, ideólogos da Sociedade em Rede, falem agora, a propósito dessas ondas mundiais de protesto, em “autocomunicação” das massas manifestantes, como o principal fator de “empoderamento” dos indivíduos, como se diz no jargão das ongs.

Do que se está falando então? O que são estes novos espaços urbanos, ou quais são eles, e como são “ocupados”? Você cita o Harvey. Ora, no texto de que você cita, ele sugere justamente a importância da retomada da cidade e de seus espaços controlados, vigiados e até criminalizados, do qual o público é excluído pelo Estado e seu aparato repressor, convertendo-a num espaço político de iguais, através justamente de movimentos como o Occupy. Daí, segundo Harvey, o caráter incontornável da cidade como espaço onde ocorrem as ocupações e os confrontos: “são os corpos nas ruas e praças, não o balbúcio de sentimentos no Twitter ou Facebook, que realmente importam” – diz ele. Praças ou ruas, a cidade como um todo, como o descrevem alguns autores, espaço de fluxos e circulação, não-lugar, espaço vazio, passível de múltiplos usos, e de congestionamento, seja por estes mesmos fluxos, seja pelos corpos que os desviam, interrompem, confrontam e são confrontados – em nome da ordem. Algo que me faz voltar à imagem do campo de batalha. Para muitos, entretanto, espaço de performances, de criatividade, de novas formas de expressão, artística por vezes, mas também política, ou, por isto mesmo, eminentemente política. Certamente uma nova forma de conceber a política, que nada mais tem a ver com a ação (na acepção sublimada de H. Arendt), ou ainda a esfera pública da comunicação e das situações ideais de fala, como as concebeu também Habermas, muito menos ainda com o lugar reivindicado pelos que pretendiam encontrar aí as camadas arqueológicas superpostas de uma memória urbana reencontrada pelos seus habitantes. São evidentemente novos tempos, para os quais nos faltam conceitos, para dizer o menos.

6. Na década de 90, depois da obra O Lugar da Arquitetura Depois dos Modernos a senhora passou a vislumbrar menos uma "arquitetura

situada", mas mais uma "arquitetura simulada". Em que condições – ou então em que escala – a senhora acha possível falar em posturas arquitetônicas que sejam, atualmente, refratárias às tendências ligadas à espetacularização e outras simulações?

Na época, eu acreditava que um certo contextualismo – que considere “crítico” – e sua arquitetura dita “modesta” poderiam escapar ao que chamei arquitetura simulada. Logo, no entanto, dei-me conta que, ao cair no vasto domínio *passé-partout* do assim chamado “cultural” e sua imensa gama de produtos derivados, aquela caudalosa fraseologia estetizante, a pretexto de respeitar os valores locais e sua morfologia, tinha servido de maquiagem para a entropia galopante das nossas metrópoles. Ou seja, aquela arquitetura também fazia parte do quadro que elaborara (é preciso atentar para a data) há mais de 25 anos atrás, no intuito de entender os dois lados da arquitetura dita pós-moderna e à qual chamei de “arquitetura simulada” (na acepção em que Baudrillard utilizava o termo “simulação”). Ora, acho que novamente estamos diante de uma constelação de objetos arquitetônicos – das torres infinitas à arquitetura que se diz ecológica e, em geral, com aparência mais sóbria – que se pautam pela alta rentabilidade e obedecendo a uma competição feroz pela imposição de sua “marca”. Que se possa sair deste circuito infernal, não duvido, mas é muito difícil e seguramente não terá visibilidade alguma – ou seja, visto que é exatamente isto que tal arquitetura estaria buscando, e que justamente a diferenciaria daquela “vistosa”, tem pouca chance de se impor no meio dos arquitetos ou de fazer escola, se posso falar assim.

7. Ainda hoje a tese da senhora a respeito do esgotamento do movimento moderno gera resistências em alguns arquitetos. Quando afirma que a arquitetura moderna “tanto mais se transformava em seu contrário quanto mais procurava realizar a sua essência verdadeira, mesmo que parcialmente, através do seu traçado regulador, da unidade do detalhe, da organização das funções nas cidades, etc.”, a senhora acha que seu raciocínio dialético retira dos mestres modernos (ou da primeira geração dos modernos) o status mais “heróico” destes?

De forma alguma. Nem dos mestres nem da sua arquitetura. Como sabemos, toda ideologia tem um certo conteúdo de verdade, e a dos “Modernos”, no mais alto grau, por assim dizer, pois ela vinha de encontro à uma exigência de mudança radical na arquitetura. Lembremos que o primeiro CIAM foi dedicado à questão da moradia social, a arquitetura de vidro, por sua vez, pretendia romper com a oposição interior e exterior, a setorização da cidade afinal aproximava residência e trabalho, a serialização não só barateava a construção, mas reduzia as diferenças, e assim por diante. No horizonte se desenhava a utopia de uma sociedade mais igualitária, ou até mesmo de uma revolução. No entanto, uma vez colocado em prática este princípio da “razão” construtiva máxima, o que se constatou foi que ela não fazia mais do que reproduzir a “racionalidade” mesma da produção industrial capitalista, sendo aliás rapidamente adotada pelas empresas na construção das fábricas e nas residências coletivas ou de operários. Tafuri, um dos mestres da Escola de Veneza chegou a dizer que a AM foi uma espécie de câmara de decantação das vanguardas, onde todas as contradições se dissolveram, perdendo portanto o seu potencial crítico. Não se trata de apagar um capítulo importantíssimo da História da Arquitetura e das transformações que ela propiciou, mas não há como ignorar que ela correspondeu a um momento preciso da história social e econômica, que não só a viabilizou, mas que teve nela a expressão mais visível e acabada. Por exemplo, que ela não apenas foi extremamente funcional de todos os pontos de vista, mas se impôs como padrão de beleza a ser bem aceito e consumido pela burguesia ascendente, etc. Como exponho nos meus textos, trata-se de uma arquitetura que, na verdade, ao se realizar, se mostrou “funcional” em todos os sentidos, daí o *formalismo* integral para o qual sempre tenderam as construções dos grandes Mestres modernos, do purismo corbusiano ao silêncio conclusivo da arquitetura de vidro de Mies van der Rohe. Não será assim descabido reconhecer nesse formalismo a imagem mesma da alienação do trabalho abstrato organizado no sistema de fábricas – seria portanto de se esperar que o Movimento Moderno entrasse em colapso à medida que o próprio capitalismo pós-fordista se encarregava de destroçar (para pior) a Utopia Técnica do Trabalho que

animava aquele ideal construtivo. A certa altura do argumento cito um comentário do Mumford, em seu livro sobre *O Movimento Moderno em Arquitetura*, ao se referir ao Seagram: “Mies van der Rohe usou as facilidades oferecidas pelo aço e pelo vidro para criar elegantes monumentos vazios. Monumentos com o estilo seco e frio das formas mecânicas, mas sem conteúdo. (...) Era a apoteose do espírito compulsivo e burocrático. O seu vazio era mais expressivo do que os admiradores de Mies van der Rohe alguma vez pensaram”. Não se poderia ser mais preciso, e no entanto se trata de um autor insuspeito de má vontade com o Movimento Moderno.

8. Que ganhos epistemológicos o raciocínio dialético fornece à tal questão?

Historicizá-la e trazer à tona suas contradições. Na verdade, ao fazer o diagnóstico acima sobre a Arquitetura Moderna, não estou mais do que verificando algo de muito semelhante ao que Adorno constata acerca das barreiras internas que precipitaram o envelhecimento da Música Nova: por estrita fidelidade ao princípio de racionalização progressiva – ou seja, o declínio do moderno deveu-se à tendência para uma racionalização absoluta, aquela que define a lógica mesma da *Aufklärung* social. Compreende-se então que a música tenha perdido sua força de contradição. Esse, o passo da forma artística autônoma ao formalismo, principal sintoma do enrijecimento da arte nova. No caso da Arquitetura, com mais razão ainda, visto que ela está diretamente inserida no mundo da reprodução da vida, sem que possa alimentar qualquer ilusão de autonomia, o que a faz desde o início reproduzir no seu próprio projeto moderno as mesmas contradições do capitalismo.

9. Devemos a Rem Koolhaas o alerta para o fato de que os debates arquitetônicos se circunscreveram de tal modo em sua disciplina que, tentando romper com crimes imaginários dos mestres modernos, distanciaram-se ainda mais da realidade das cidades, qual seja, a de que a proliferação das construções conferem cada vez menos importância à figura do arquiteto (cf. KOOLHAAS, R. *Conversa com estudantes*.

Barcelona: ed. Gustavo Gili, 2002, p.41). A senhora compartilha da opinião de Koolhaas? Se sim, por que arquitetos tem cada vez menos importância para o destino das cidades?

Sim e não. Concordo que as proliferações urbanas em parte independam de arquitetos e urbanistas e, na verdade, muito mais da especulação imobiliária e dos altos negócios. De qualquer modo, não se pode escamotear o fato de que eles não são de forma alguma alheios a tais “negócios” e, em grande parte, são suas obras singulares e cada vez mais espetaculares que acabam sendo o chamariz para tais investimentos e, inclusive, para criar uma imagem de marca para essas cidades – e o que se segue, obviamente, não é nada virtuoso. De modo que eu não chego a isentá-los totalmente da culpa do que se tem hoje como cidade. Aliás, é preciso entender exatamente do que Koolhaas está falando. Ele tem plena consciência disto que acabo de dizer, contudo a constatação que faz não chega a ser uma crítica dessas cidades (ou aglomerações) não planejadas, caóticas, desordenadas. Sua posição é bastante realista, talvez de um “realismo cínico”, na expressão de alguns de seus comentadores, a ponto de dizer ao mesmo tempo que tais cidades, a que chama de “genéricas”, redundantes, sem identidade, sem história, entrópicas, num certo sentido a tábula rasa de tudo que as antecedeu e de todos os valores, comportam, assim mesmo, como em todas as cidades do passado, formas interessantes e enfadonhas – estas, banais, são em geral uma réplica dos paralelepípedos de vidro introduzidos por Mies, aquelas, guiadas pela máxima anti-moderna (ou pós-moderna) de que “o mais é o mais”, enfrentam o desafio da diferença na mediocridade, têm consciência de que alguma coisa não vai bem na arquitetura e procuram, em contrapartida, uma inspiração nova, fresca. Assim, sua posição não chega a ser totalmente crítica, se num momento afirma categoricamente que não há mais cidades, não há mais arquitetura, “elas morreram no século XX”, no seguinte, faz uma ressalva deste tipo: “a arquitetura da cidade genérica é bela por definição”. Portanto, é nela, e para ela, que os arquitetos continuarão exercendo sua função: a arquitetura é parte, é fruto e, ao mesmo tempo, é ela que dá forma – “numa velocidade inacreditável, criando ao menos 27 versões

(projetadas em mais de 10.000 escritórios de arquitetura) abortadas para cada estrutura realizada” – a esta mesma cidade, disforme, cambiante, despropositada, que cresce e se autodestroi ininterruptamente. Ou seja, a pós-urbanidade e a pós-arquitetura se dão as mãos, são indiscerníveis. “Ferre-se o contexto”, diz ele ao projetar seus edifícios, por vezes agressivamente extravagantes, ao mesmo tempo, forjando, através deles, um novo contexto, ou seja, criando justamente um marco, uma referência, para as formas que brotarão no entorno, da qual o exemplo máximo é certamente a CCTV em Pequim, ou a Bolsa de Valores, de Shenzhen (mas esta, acredito, mais próxima da arquitetura entediante) – e porque não imagens de marca a alavancar *estrategicamente* as forças produtivas do “desenvolvimento” urbano das cidades colapsadas?

10. Neste sentido, parece que depois da última crise cíclica do capitalismo e uma considerável retomada da agenda urbana por movimentos sociais e de protesto – mobilidade, ocupação de espaços públicos e moradia adequada de fato ganharam voz na opinião pública –, o diagnóstico de Koolhaas sobre a morte da cidade já me parece um pouco insuficiente para compreender a atual cultura urbana. Era um realismo cínico, mas agora além disso se mostra também uma perspectiva redutora, que não atenta para forças coletivas efetivas na mudança de representações, na apropriação e mesmo na produção do espaço?

Quanto a ser insuficiente, não tenho dúvidas. Redutora? sim talvez, na medida em que apenas roça a questão social dessas cidades por assim dizer falidas. Mas não deixaria de ser um anacronismo querer que Koolhaas imaginasse esta explosão de protestos a que estamos assistindo. De outro lado, temos que reconhecer que os que deles participam, de um certo modo estão corroborando o diagnóstico do arquiteto sobre um tal colapso urbano, pois é contra este que se mobilizam. Para lhe fazer justiça, recapitulemos um pouco o seu diagnóstico e mesmo prognóstico sobre o futuro das cidades, que, embora, como você sabe, afinal um especialista em Koolhaas, estetize o

desastre que descreve (mas não está aqui todavia a novidade, afinal todo o episódio pós-moderno conviveu com esta estilização da degradação urbana), são de uma precisão indiscutível. Seja a expansão acelerada das megalópoles orientais – que inspiraram sua conceituação de cidade “genérica” –, numa velocidade e gigantismo inauditos; seja, no outro extremo, não menos patológico, um novo paradigma ditado pela impressionante capital da Nigéria. Lagos, segundo Koolhaas, não seria mais ou apenas um caso de “evolução” extrema, situado, agora que o antigo modelo urbano mundial se desmanchou, no “primeiro plano da modernização global”. Não se trata de um caso isolado, ou de uma cidade em vias de modernização que possa vir a se aproximar dos grandes centros urbanos mundiais, mas de um novo modelo urbano (ou pós-urbano) que está se impondo ao mundo, portanto, o caminho é inverso, são essas cidades que estariam a ponto de reproduzi-lo, e nos seguintes termos (à altura de um *grand finale*): “o fato de que muitas das atuais tendências das modernas cidades ocidentais se deixarem reconhecer de forma hiperbólica em Lagos sugere que refletir sobre a cidade africana é pensar no estado terminal de Chicago, Londres e Los Angeles”. Ou seja, no fim de linha da “cidade civilizada”, nos deparamos com um modelo futuro literalmente “fora da civilização”. Se quisermos prosseguir, conclui, será preciso rever as ideias herdadas e “reconceitualizar a própria cidade”. Mas agora, em algum ponto de intersecção terminal de um colapso que funciona. E mais, “a operacionalidade de uma megalópole, como Lagos, ilustra a eficácia em escala macro de sistemas e agendas consideradas marginais, informais e ilegais segundo a compreensão tradicional de cidade”.

Obviamente Koolhaas não é nenhum alucinado a ponto de considerar Lagos um sistema de “gerenciamento urbano estratégico” de baixa renda. Não é menos certo, contudo, que seu raciocínio oscila entre um futuro “distópico” – afinal um paciente terminal é alguém que não reage mais a nenhuma terapia – e os mitos correntes da informalidade redentora, pois é a partir de um certo patamar por certo extralegal de auto-organização que, a seu ver, se dá uma “estranha combinação de subdesenvolvimento extremo e desenvolvimento” que encontra em Lagos (no final dos anos 90), e que, de um certo modo, o

“fascina”, sem perceber talvez que esta é a definição mesma da periferia, superdimensionada agora pela reversão de sua industrialização em moldes clássicos, precipitada ainda mais pelo surto maligno da renda petroleira – no nosso caso, das commodities em geral. Diz ele: “O que me espanta é ver como as infraestruturas de modernidade da cidade provocam todos os tipos de condições improvisadas e imprevisíveis, de forma que passa a existir uma espécie de dependência mútua que eu jamais vi em outros lugares”. Não surpreende, pois, que certa vez, de passagem pelo Brasil (2002), tenha comparado São Paulo ao arquétipo terminal – Lagos – se o critério (não o único, claro) for a criação de mercados instantâneos ao longo de um cipoal viário eternamente congestionado. A verdade é que a sua profecia ultra-futurista, em sua mal disfarçada estetização compensatória, vem a ser uma alavanca indispensável das *modernizações pós-colapso* cujo funcionamento estamos assistindo, mesmo no primeiro mundo, especialmente após a crise de 2008. Koolhaas, por mais que possa estetizar ou se dizer fascinado por estas aglomerações disformes, não faz obviamente nenhuma apologia deste tipo de urbanização ou des-urbanização e ele próprio hesita diante desta cena convulsionada: sinal de vigor ou de doença – uma força vital ou um apocalipse iminente?

A resposta não está dada, nem ele procura dar, ou sugerir alternativas, muito menos faria sentido para ele propor (ou mesmo pressupor) qualquer possibilidade de redirecionamento das forças produtivas da cidade como consequência da atuação de populações sublevadas. Aliás, até agora sistematicamente controladas por um aparato contra-insurgente repressivo a serviço destas mesmas forças, e que não fazem senão reproduzir o modelo insano descrito por Koolhaas, transformado, além do mais, em campo de batalha. O que advirá disto tudo? Também não sei. Seria ótimo se você tivesse razão, e que a população na rua pudesse se transformar em “forças coletivas efetivas” no sentido de provocar uma reversão de todo esse processo – mas como? Sem que se saia do capitalismo? Salvo pequenas vitórias pontuais, sinceramente, não creio.

11. Sobre o seu último livro *Berlim e Barcelona*. A senhora interveio no debate a respeito da urbanização de Barcelona, afirmando que há uma continuidade entre os programas urbanos implementados antes das Olimpíadas e o chamado planejamento estratégico adotado no Habitat de 1996. Esta leitura, no entanto, não é a que prevalece entre os urbanistas envolvidos neste processo. Com quem está a razão?

Em primeiro lugar, o meu esforço é o de pensar a continuidade ou descontinuidade entre a urbanização pré-olímpica (e “cidadã”, pretendem seus formuladores) – do período do prefeito Maragall e da gestão de Bohigas (num primeiro momento), de Bousquets, Borja e outros mais (num segundo) – e pós-olímpica, encabeçada por Clos e Acebillo (que estaria mais voltada para o mercado). Procuo mostrar que num certo sentido, os processos de especulação imobiliária, gentrificação e privatização da orla, que passaram a nortear as intervenções urbanas já têm suas raízes no período anterior. Que, por exemplo, a adoção do Planejamento Estratégico, que se dá no período pré-olímpico (o plano “Barcelona Estratégica 2000” é de 1989) antecipava o que se verá ocorrer posteriormente. É em relação a isto que não há unanimidade, o debate, em Barcelona mesmo, entre arquitetos, geógrafos, pesquisadores, críticos, etc., é bastante acirrado. Eu apenas pus a minha colher torta no caldeirão. Quanto ao texto, proposto no Habitat, não há dúvida que está diretamente vinculado à experiência dos próprios autores no período em que atuaram em Barcelona, ou seja antes das Olimpíadas. Eles apenas tentaram sistematizar e generalizar suas experiências anteriores e que serviram depois de modelo para muitos urbanistas em todos os quadrantes do mundo, muitas vezes com assessoria deles próprios, como no Brasil, seja no Rio, seja em São Paulo (mais diretamente Santo André). Aliás em 1998 eles estavam na FAU USP dando um curso sobre o Planejamento Estratégico, tal como o conceberam e apresentaram no Habitat, com estudos de caso, a começar por Barcelona pré-olímpica justamente. E, não por acaso, concomitantemente, fazendo projetos para o Rio de Janeiro e sugerindo, como mola propulsora para a realização dos mesmos, a candidatura às Olimpíadas. Só emplacamos anos mais tarde, com as Olimpíadas de 2016, e estamos vendo no que está

dando: grandes negócios e milhares de pessoas desalojadas – os descartáveis de sempre. E não só na região dos equipamentos e seus entornos, mas na cidade como um todo. O Porto Maravilha sendo o exemplo mais aberrante!